



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL**  
**PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**DIVISÃO DE COMPRAS**



**ANEXO I -**  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1.DO OBJETO E DOS VALORES DE REFERÊNCIA:**

**1.1** Aquisição de Equipamento e Material Permanente (Barco e Carreta reboque) para atender ao Projeto MPE 2018, referente ao Processo 0002626-46.2000.8.12.0013, alinhados ao Plano de Trabalho do Projeto de Pesquisa: “Análise ambiental das áreas de preservação permanente do Rio Santo Antônio” para Unidade de Jardim/MS, conforme condições, quantidades, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento:

<b>VALORES REFERÊNCIA</b>					
<b>ITEM</b>	<b>LOTE ÚNICO</b>	<b>UNID</b>	<b>QTD</b>	<b>VALOR UNIT.</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
1	Descrição Barco: -Casco Soldado, solda mig liga ER 5356; - comprimento: 5,90 m; - pontal: 0,53 m; - passageiros: 05; - tripulante: 01; - calado: 0,10 m; - boca máxima: 1,39 m; -motorização 15 – 30 HP; - espessura do casco (fundo): 1,2 ou 1,5 mm; - peso aproximado 100 Kg ; - capacidade de Carga 540 Kg; - plataforma de proa 95cm; - borda alta 52cm; - viveiro revestido com polietileno; - 02 suporte para guarda sol; - 01 remo com suporte; - piso EVA antiderrapante 14mm; - porta tanque;- 04 cavernas entre cada banco; - tampo de viveiro e porta tanque reforçados (espessura 1,5mm); - construído em alumínio naval. Garantia: 1 ano	Unid.	1	R\$ 8.456,76	R\$ 8.456,76
2	Descrição da Carreta Rodoviária: - possuir parte elétrica integrada e iluminação padrão de acordo com as leis de trânsito; - rodas com aro mínimo de 13” completas (rodas e pneus instalados); - berços longos; - pé de descanso; - 02 guias laterais; - suporte de placa com iluminação; - engate automático; - barra estabilizadora; - apoio para proa de barco ajustável; - pneus remoldes ou novos; - suspensão em feixes de molas; - suporte para estepe; - roldana traseira; - torre para Guincho; - guincho com cinta. Garantia: 1 ano.	Unid.	1	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00
<b>VALOR TOTAL GLOBAL:</b>					<b>R\$ 13.406,67</b>

**1.3** O valor estimado total global do Lote Único é de até R\$ 13.406,67 (Treze mil, quatrocentos e seis reais e sessenta e sete centavos).



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS



## 2. CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO

2.1. Os itens desta licitação são classificados como **bens comuns**, pois possui(em) especificações usuais de mercado e padrões de qualidade definidas em Edital, nos termos do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal 10.520/2002 e do inciso II e § 1º do art. 3º do Decreto Estadual n. 15.327/2019.

## 3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se a necessidade de aquisição de uma embarcação acompanhado de carreta rodoviária, para o fim específico e comprovado de atender às necessidades da equipe que compõe o projeto de pesquisa "ANÁLISE AMBIENTAL DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO RIO SANTO ANTÔNIO COM USO DE SENSORIAMENTO REMOTO".

3.2. O motor para o barco já foi adquirido na licitação do Pregão nº. 014/2019, Processo 29/500425/2019, cuja adjudicação foi publicada no D.O.E/MS nº 9.941 de 12 de Julho de 2019, p.119 e 120 e a Homologação publicada no D.O.E/MS nº 9.943 de 16 de Julho de 2019, p.55, Lote 06, pelo valor de R\$ 8.773,29 (oito mil e setecentos e setenta e três reais e vinte e nove centavos). Solicitamos ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, que se atente para a aquisição de barco que seja compatível com o motor comprado, conforme especificação abaixo:

**3.2.1. MOTOR para Barco – Motor de Popa Referência/desejado (Yamaha 15G): Peso de até 40 Kg; Altura da Rabeta 15”; Número de cilindros 2; Capacidade volumétrica de até 250 cm<sup>3</sup> (compacto); Potência 15 HP ou 11.0KW; Faixa de rotação 4500/5500 RPM; Taxa de compressão 6.8; Sistema de alimentação de combustível Carburado; Sistema de Partida e Inclinação Manual com Ângulo de direção de 45o; Ajuste de inclinação em no mínimo 3 partes para uso em águas rasas. Alternador 80W; Ignição CDI; Hélice em Alumínio; Tanque de Gasolina 24L; Possuir centro serviços e peças credenciadas pela marca do motor localizada em um raio de até 250 km da UEMS – Unidade Universitária de Jardim. Marca/Modelo: HIDEA / HD15F.**

3.3. O objetivo principal deste projeto é de fornecer informações geográficas/ambientais da atual da cobertura ripária da bacia hidrográfica do rio Santo Antônio com auxílio de softwares de geoprocessamento, dados de sensoriamento remoto e visitas em campo.

3.4. A embarcação será o instrumento utilizado para a navegação dos pesquisadores sobre o rio Santo Antônio onde poderão identificar e mapear as áreas das Áreas Permanentes de Preservação (APPs) fluviais com destaque para as áreas em desacordo com a legislação ambiental, como ainda reconhecer geoformas erosivas existentes ao longo dos canais da rede hidrográfica e realizar incursões à área de interesse do projeto para validação dos dados produzidos em gabinete. Há pontos de interesse na área de estudo que se faz necessário o acesso por vias fluviais e a inexistência de embarcação própria dificulta substancialmente alcançar áreas remotas da região.

## 4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1 A oferta no mercado de potenciais fornecedores dos bens que se pretende adquirir é bem ampla, conforme planilha de **Estimativa de Preço (Anexo II)**.

4.2 Dentre as soluções apresentadas, o barco de casco soldado é o escolhido, porque a navegação do Rio Santo Antônio é considerada de médio risco devido a presença de pouca profundidade e trechos com corredeiras e leito rochoso, necessitando de um barco resistente aos possíveis impactos que possam ocorrer. O modelo semi-chata é o ideal para garantir estabilidade mínima aos ocupantes durante os trabalhos de coleta de dados e incursões aos rios para os estudos necessários. A escolha por uma embarcação produzida com chapas soldadas deve-se ao fato de possuir maior resistência, garantindo maior segurança aos pesquisadores. Além das embarcações soldadas possuem maior durabilidade.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**4.3** A produção de informações geomorfológicas associadas ao monitoramento do uso e da cobertura da terra é uma importante atividade para o conhecimento da realidade ambiental da área estudada no sentido de contribuir para a elaboração de soluções aos problemas atuais e futuros. Concomitante às mudanças da cobertura da terra há também um crescente uso dos recursos hídricos para fins agrícolas, de abastecimento e saneamento, de geração de energia, de transporte ou mesmo para a alimentação e recreação que coloca em evidência os aspectos fisiográficos dos sistemas fluviais. Nesse sentido, o conhecimento e o entendimento de seus atributos são estratégicos, uma vez que viabilizam a exploração sustentada dos recursos naturais para os diversos setores da atividade humana.

**4.4** Para tanto, tem-se como objetivos específicos do projeto que necessariamente dependem da aquisição dos bens solicitados:

**4.4.1** Inserir imagens de satélites atualizadas da área de interesse do projeto (fontes gratuitas e parceria com Núcleo de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Procuradoria Geral de Justiça - NUGEO/PGJ);

**4.4.2** Identificar e mapear as áreas das Áreas de Preservação Permanentes (APPs) fluviais do rio Santo Antônio com destaque para as áreas em desacordo com a legislação ambiental.

**4.4.3** Reconhecer geoformas erosivas existentes ao longo dos canais da rede hidrográfica.

**4.4.4** Diante do exposto, não há outra solução que permita o deslocamento fluvial dos pesquisadores em busca dos dados necessários para a realização do referido projeto.

## **5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**5.1** O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL do lote**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência às especificações do objeto.

## **6. PARCELAMENTO DO OBJETO**

**6.1.** A aquisição do Barco e Carreta elencados no item 1.1 se dará em **LOTE ÚNICO**, pois a divisão do objeto se mostra técnica e economicamente inviável.

## **7. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**7.1** Cada entrega deverá ser efetuada mediante solicitação por escrito, formalizada pela contratante, dela devendo constar: a data, o valor unitário da entrega, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente pelo órgão/entidade requisitante, devidamente autorizado pela autoridade superior, e ainda acompanhada pela nota de empenho ou instrumento equivalente.

**7.2 O prazo para a entrega dos objetos (Barco e Carreta reboque) é de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento, ou outro instrumento equivalente, podendo ser prorrogado a critério da Administração.

**7.3 O local de entrega** será na Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, Unidade Universitária do município de Jardim, MS, Avenida Onze de Dezembro, nº1425, Vila Camisão, aos cuidados do **Prof.º Sidney Kuerten** ou **Prof.ª Ana Maria Soares de Oliveira** nos dias úteis das 13:00h às 17:00h, telefone para contato (67) 3922-2007 (Coordenação de Geografia).

**7.4** A licitante vencedora obriga-se a fornecer os objetos, em conformidade com as especificações descritas neste **Termo de Referência (Anexo - I)** e na **Proposta de Preços (Modelo - Anexo III)**, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, quando constatado não estar em consonância com as referidas especificações.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**7.5** Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos objetos licitados, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes do contrato correrão por conta exclusiva da contratada.

**7.6** O recebimento do (s) objeto (s) se efetivará (ão), em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

- A. Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”.
- B. Definitivamente, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos objetos, e consequente aceitação pela equipe técnica/responsável, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

**7.6.1** Na hipótese de a verificação a que se refere a **alínea “b”** do subitem **7.6** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**7.7** Serão recusados os objetos licitados considerados imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

**7.8** Os objetos deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

**7.9** Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos objetos contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, sendo 90 (noventa) dias de garantia legal (Art. 26, II do Código de Defesa do Consumidor), e 9 (nove) meses de garantia contratual, conforme art. 50 do Código de Defesa do Consumidor, ou garantia do fabricante caso a mesma seja superior.

**7.10** Informações referentes a alguma peculiaridade dos itens a serem adquiridos, ou do local de entrega, serão prestadas pela Divisão de Compras através dos (67) 3902-2370.

**7.11** O prazo de vigência contratual será pelo período de 12 (doze) meses, como preceitua o Art. 57 § 2º da Lei 8.666/93.

**7.12** A Contratada, durante toda a execução do contrato, deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

## **8. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

**8.1.** A Lei Complementar n. 123/2006 vem dar tratamento diferenciado e simplificado à participação de ME e EPP e deve ser obrigatoriamente aplicada nas contratações da Administração Pública.

**8.2.** Após a realização de pesquisa de preços, providenciada pela unidade competente, é conhecida a média de preços do lote/item. Assim, caso o valor médio seja de até R\$ 80.000,00 será aplicada a exclusividade na participação de ME/EPP conforme inciso I, art. 48, da Lei Complementar 123/2006. Caso a média de preços obtida seja superior a R\$ 80.000,00 será aplicada a cota (25%) destinada a participação de ME/EPP, nos termos do inciso III, art. 48, da Lei Complementar n. 123/2006.

**8.3.** Contudo, deve ser observado que as regras de tratamento diferenciado não se aplicam nas hipóteses descritas no artigo 49 da LC n. 123/2006.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**9.1** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



- 9.2** Efetuar a entrega dos itens, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 9.3** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os itens com avarias ou defeitos;
- 9.5** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.6** Conceder o prazo de 5 (cinco) dias úteis após a entrega a fim de que a contratante proceda à verificação de sua especificação, pois somente após esse procedimento serão declarados “aceitos”;
- 9.7** Tomar providências, no caso de rejeição total ou parcial dos itens adquiridos, substituindo-os, dentro do prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da comunicação da irregularidade pela contratante;
- 9.8** Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação, exigidas no Pregão que deu origem a este ajuste;
- 9.9** Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa;
- 9.10** Providenciar, às suas expensas, junto às repartições competentes, todas as licenças e qualquer documentação necessária em decorrência do objeto desta licitação;
- 9.11** Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, como preceitua o Artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 e suas alterações;
- 9.12** Responder, perante a contratante e terceiros, por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, na condução do objeto deste instrumento termos sob a sua responsabilidade ou por erros relativos à execução do objeto deste contrato;
- 9.13** Assumir inteira responsabilidade pelos danos suportados por seus empregados, em decorrência da presente obrigação, ainda que verificadas nas dependências da contratante;
- 9.14** Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a contratante;
- 9.15** Não transferir, em hipótese alguma, os direitos e obrigações decorrentes do contrato, a terceiros;
- 9.16** Arcar com todas as despesas, relativas à entrega, carga e descarga, bem como alocação dos itens no local indicado pela contratante;
- 9.17** Reparar os prejuízos, em caso de algum sinistro, que porventura venha ocorrer.

## **10 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**10.1** São obrigações da Contratante:

**10.1.1** Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus Anexos;

**10.1.2** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos itens provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**10.1.3** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens, para que sejam reparados ou corrigidos;

**10.1.4** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

**10.1.5** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento dos itens, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus Anexos;

**10.2** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto da licitação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**10.3** Fornecer e colocar à disposição da Contratada todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos itens da licitação;

**10.4** Proporcionar condições para a boa consecução dos itens da licitação;

**10.5** Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência, sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade.

## **11 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

**11.1** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **12 DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **13 CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

**13.1** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos itens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

**13.2** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios, e na ocorrência destas, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

**13.3** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**13.4.** As atividades relacionadas à fiscalização e ao acompanhamento da execução dos itens contratual cabe ao fiscal de contrato, especialmente as de:

A) Agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

B) Conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de ata de registro de preços, de instrumento contratual e de todos os seus anexos, especialmente o projeto termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



- C) Manter registro de ocorrências, em meio físico ou informatizado, para lançar as ocorrências relacionadas à execução do contrato, as inspeções periódicas realizadas, as faltas verificadas, as providências exigidas e as recomendações efetuadas, bem como as soluções adotadas pela contratada;
- D) Avaliar e acompanhar rotineiramente a quantidade e a qualidade dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, termo de referência e da proposta, assim como os prazos de entrega;
- E) Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;
- F) Certificar-se de que é a contratada quem executa o contrato e que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;
- G) Atestar, em documento hábil, juntamente com o gestor de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;
- H) Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, para o gestor do contrato que, após conferência, remeterá a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- I) Apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- J) Atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassarem sua competência ao gestor de contratos ou à autoridade competente;
- K) Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o gestor de contratos, prazo razoável para a medida saneadora;
- L) Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada ou necessidade de conhecimento técnico específico;
- M) Indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;
- N) Dar ciência ao gestor de contrato da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as justificativas apresentadas pela contratada;
- O) Comunicar, formalmente, ao gestor de contrato o inadimplemento parcial ou total do contrato, registrando as providências adotadas para fins de materialização dos fatos que possam levar à aplicação de sanção ou à rescisão contratual;
- P) Comunicar ao gestor de contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto.

**13.5.** A contratada permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

**13.6.** A Contratada se obriga a permitir que a auditoria interna da Contratante e/ou auditoria externa por ela indicada tenha acesso a todos os documentos que digam respeito ao Contrato.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**13.7.** A Contratante realizará avaliação da qualidade do atendimento, dos resultados concretos dos esforços sugeridos pela Contratada e dos benefícios decorrentes da política de preços por ela praticada.

**13.8.** A avaliação será considerada pela Contratante para aquilatar a necessidade de solicitar à Contratada que melhore a qualidade dos bens ofertados, para decidir sobre a conveniência de renovar ou, a qualquer tempo, rescindir o Contrato ou, ainda, para fornecer, quando solicitado pela Contratada, declarações sobre seu desempenho, a fim de servir de prova de capacitação técnica em licitações públicas.

#### **14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**14.1.** As despesas decorrentes da contratação da presente licitação correrão à conta da Função Programática: 12.571.2068.4097.0003 - Ensino de Pós-graduação, Natureza da Despesa: 44905200 Equipamento e Material Permanente, Item 44905220 – EMBARCAÇÕES e, Item 44905248 – VEÍCULOS DIVERSOS, Fonte: 0000000240 Convênio MPE de Jardim/MS (Valor: R\$ 9.226,71), e Fonte: 0100000000 Recursos Ordinários do Tesouro (R\$ 4.179,96).

**14.2.** A Contratante reserva-se no direito de, a seu critério, utilizar ou não a totalidade da reserva orçamentária prevista.

#### **15 DO PAGAMENTO**

**15.1** O pagamento será efetuado pela Administração após o cumprimento do previsto no Termo de Contrato, até o 10º (décimo) dia do mês subsequente à entrega/aceite dos objetos, desde que o prazo não seja superior à 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento da entrega/execução do objeto.

**15.1.1** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;

**15.1.2** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

**15.1.3** Constatando-se a situação de irregularidade fiscal do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no art. 78 Lei nº 8.666, de 1993;

**15.1.4** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

**15.1.5** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

**15.1.6** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, conforme Art. art. 55, XIII, da Lei n. 8.666/93;

**15.1.7** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante;

**15.1.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da





**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

**15.1.9** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa;

**15.1.10** Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF/CERCA, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante;

**15.1.11** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**15.1.12** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

**15.1.13** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

**15.2** A Licitante ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões definidas no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

## **16 DO REAJUSTE**

**16.1** Os preços serão fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, após o que poderão sofrer reajuste aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**16.1.1.** O valor constante da nota fiscal/fatura, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

**16.2.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**16.3.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**16.4.** O reajuste será realizado por apostilamento.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**17.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**17.1.1** Inadimplência total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

**17.1.2** Ensejar o retardamento da execução do objeto;

**17.1.3** Fraudar na execução do contrato;

**17.1.4** Comportar-se de modo inidôneo;

**17.1.5** Cometer fraude fiscal;

**17.1.6** Não manter a proposta.

**17.2** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**17.2.1** Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

**17.2.2** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, a partir do 1º (primeiro) dia útil da data fixada para sua efetivação, ou seja, do 31º (trigésimo primeiro) dia, contados do recebimento da ordem de fornecimento ou documento equivalente.

**17.2.3** Multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

**17.2.4** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

**17.2.5** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão ou entidade Contratante, pelo prazo de até cinco anos;

**17.2.6** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**17.3** Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

**17.3.1** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

**17.3.2** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

**17.3.3** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**17.4** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**17.5** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

## **18. ESTIMATIVA DE PREÇO E PREÇOS REFERENCIAIS**



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



**18.1.** O procedimento para a pesquisa de preços observará o disposto no Decreto Estadual nº 15.617/2021, ou o regulamento estadual correspondente que lhe venha substituir; caso a contratação utilize exclusivamente recursos estaduais e, obedecer ao disposto na IN MPOG n. 73, de 5 de agosto de 2020, na hipótese de utilização de recurso oriundo de transferência voluntária efetivada pela União (convênio).

**18.2.** Depois de realizada a pesquisa de preços, fica a unidade administrativa competente AUTORIZADA a constar, como anexo do Edital, o preço de referência, a planilha com informações pertinentes ao item a ser licitado, a unidade de medida, o quantitativo e o preço máximo aceitável para a contratação, se for o caso.

**18.3** A estimativa de preço e preços referenciais integrará o Anexo II do respectivo instrumento convocatório.

## **19 FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**19.1** As licitantes e a contratada devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

**19.1.1** Para os propósitos do subitem 19.1, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática conluiada”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; e (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

**19.1.2** Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

**19.1.3** Considerando os propósitos dos subitens acima, a Contratada concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

Dourados, MS 16 de agosto de 2021.



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO  
DIVISÃO DE COMPRAS**



---

**Sidney Kuerten**

**Matrícula: 64427021**

---

**Ana Maria Soares de Oliveira**

**Matrícula: 77701021**

---

**Lea de Fátima Maciel Gauna Martins**

**Matrícula: 89799021**

---

**Marcos Cesar da Silva Souza**

**Matrícula: 473229022**

**APROVO O PRESENTE TERMO DE REFERÊNCIA E AUTORIZO A REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO.**

Dourados, MS \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2021

---

**Laércio Alves de Carvalho**

Reitor/UEMS